

A Escola Normal e a Emergência das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930)

JÔNATAS BARROS E BARROS¹

DIEGO RAMON SILVA MACHADO²

JOSÉ JERÔNIMO DE ALENCAR ALVES³

Introdução

A partir da segunda metade do século XIX o Mundo Moderno presenciou uma expansão das Ciências Naturais sem precedentes. Hobsbawm (2009, p 406 – 408) argumenta que as certezas racionais científicas foram “o que as massas recém-instruídas de leigos absorveram e aceitaram” em função do desenvolvimento maciço da instrução neste período. É marca desta expansão a emergência de movimentos científicistas como o Positivismo e o Darwinismo Social, difundidos a partir dos centros produtores e difusores do conhecimento científico. O Positivismo enaltecia as Ciências, enquanto que o Darwinismo Social buscou explicar o desenvolvimento das sociedades humanas por meio das teorias Evolucionistas de Darwin e Spencer⁴

A expansão das Ciências Naturais a partir da segunda metade do século XIX também se refletiu no Brasil. Isto se percebe nitidamente na postura de ilustrados que assimilaram tais idéias científicistas. Entre estes, Benjamin Constant, difusor da filosofia positivista, foi um dos patronos da República, tornando-se Ministro da Guerra e em seguida da Instrução Pública no início deste Regime. Atuou como docente de Matemática em importantes instituições como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro⁵, onde iniciou a carreira em 1854, quando a instituição ainda se chamava Academia Real Militar e foi o primeiro diretor da Escola Normal da Corte em 1880. Outro aspecto que demonstra a valorização das Ciências no país a partir de 1850 foi a criação de

¹ Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Mestre (IEMCI - UFPA)

² Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Mestre (IEMCI - UFPA)

³ Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Doutor (IEMCI - UFPA)

⁴ Sobre o Darwinismo Social ver Bergo, 1993, *Darwinismo Social e Educação no Brasil...*

⁵ A Escola Politécnica do Rio de Janeiro, fundada em 1874, tem como precursora a Academia Real Militar criada em 1810, e, que em 1858 foi transformada na Escola Central

Instituições que difundiam as Ciências, como a Escola Politécnica do Rio de Janeiro, formada em 1874, que se configurou como difusora da filosofia positivista e a Escola de Minas de Ouro Preto em 1875, que de acordo com Carvalho (1978) foi fundamental para cristalização das ciências Geológicas no País.

A expansão das Ciências Naturais a partir de 1850 também se refletiu no Pará, uma vez que Ilustrados locais também assimilaram e difundiram idéias científicas, como Lauro da Nina Sodré, que era formado em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central, defensor da Filosofia Positivista e governou o Pará de 1891 a 1897 e novamente de 1917 a 1920⁶. Outro indicativo do avanço das Ciências no Pará foi a criação da Associação Filomática, em 1861, com o fim de promover as ciências na região e criar um Museu de Etnografia e História Natural, como Museu Paraense, atualmente denominado Museu Paraense Emilio Goeldi.

Os currículos escolares também refletiram o avanço das Ciências Naturais no Pará. O Liceu Paraense, atualmente denominado Colégio Estadual Paes de Carvalho, foi criado em 1841 com o fim de proporcionar o ensino secundário e configurou-se como celeiro de formação da elite local. Esta instituição foi a primeira na Província a manifestar a intenção de ensinar as Ciências da Natureza, isto em 1851 quando inseriu em seu currículo a Física e a Química, as quais permaneceram por pouco tempo, sendo retiradas em 1853. Estas duas ciências retornaram ao currículo do Liceu em 1868, entretanto em 1870 deixaram de integrá-lo novamente. A partir de então as Ciências Naturais só retornaram ao currículo do Liceu Paraense em 1890, desta vez por meio da Física, da Química e da História Natural.

Autores como Barros (2010) e Souza (1972) apontam que as Ciências Naturais estiveram presentes no currículo da Escola Normal do Pará, como a Física, a Química e a História Natural. Esta instituição, atualmente denominada de Instituto de Educação do Pará, foi criada em 1871 com o objetivo de formar professores para atuarem na educação primária paraense e esteve entre as principais instituições da instrução pública local. O curso normal inicialmente era de três anos, gratuito e para ambos os sexos. Pelo fato de não ter prédio próprio funcionou primeiramente em duas instituições já

⁶ Sobre o positivismo de Lauro Sodré, ver ALVES(2005), *O Cientificismo da França para Amazônia. O Positivismo de Lauro Sodré ...*

existentes: o Colégio Nossa Senhora do Amparo, onde estudavam as meninas e no Liceu Paraense, onde estudavam os rapazes. A Escola Normal até o fim do Império teve sua trajetória marcada por extinções e recriações, sendo que durante a Primeira República consolidou-se.

Assim, reconhecendo a notoriedade da Escola Normal do Pará e sabendo que seu currículo previu disciplinas das Ciências Naturais, esta pesquisa tem o objetivo de analisar o currículo da Escola Normal, mais especificamente no que se refere a estas Ciências, desde 1870 até 1930, com o intuito de ver como foi seu desenvolvimento neste currículo e até que ponto elas refletiram a expansão científica verificada neste período.

O período deste estudo, de 1870 a 1930, foi escolhido porque abrange a criação da Escola Normal do Pará em 1871 e a reforma curricular de 1924 ocorrida na instituição, além de marcar o fim da Primeira República Brasileira.

Para se analisar as Ciências Naturais no Currículo da Escola Normal do Pará, convém destacar que o currículo é um artefato social e histórico sujeito a flutuação, onde os saberes que o constituem não são escolhidos de uma vez por todas em um ponto privilegiado do passado, mas estão numa constante dinâmica de transformações que refletiram e continuam a refletir as relações de poder:

“ver o conhecimento corporificado no currículo não como algo fixo, mas como um artefato social e histórico, sujeito a flutuações. O currículo, tal como o conhecemos atualmente não foi estabelecido, de uma vez por todas, em algum ponto privilegiado do passado. Ele está em constante fluxo e transformação”. (SILVA, 2008, p7)

O currículo é um meio de Difusão Científica, que determina os saberes que devem ser difundidos. O processo de difusão científica não é simétrico, uma vez que há centros com maior poder de legitimar como ciência os conhecimentos que produzem, assim como difundi-los para as periferias. Por outro lado, observa-se que os saberes, vindos de centros mais fortes, têm que interagir com a cultura que os recebe, de modo que nesta adquirem valores diferentes e podem passar por adaptações, transformações e conformações.

Assim, neste estudo primeiramente resgata-se a situação da educação científica paraense as vésperas da criação da Escola Normal do Pará, em seguida faz-se um

apanhado da trajetória da Escola entre 1870 e 1930, por fim analisa-se o currículo da instituição, mais especificamente no que se refere as Ciências Naturais, buscando ver quais saberes deste campo de estudo se fizeram presentes no currículo.

A Educação Científica Paraense às vésperas da criação da Escola Normal do Pará

No currículo da Instrução Primária, introduziu-se pela primeira vez uma disciplina do campo das Ciências da Natureza em 1870, sendo ela *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais*. Neste momento a educação primária da província foi dividida em “Ensino Primário Inferior” e “Ensino Primário Superior”, sendo que a referida disciplina científica fazia parte do “Primário Superior”. Este estágio primário não era obrigatório, ao contrário do “Inferior”; entretanto, se em uma localidade da província houvesse a partir de 150 discentes era previsto que se instalaria uma “Escola Primária Superior”. Isto permite perceber que a educação científica proporcionada pela instrução primária não era prevista para todos os discentes. Barros (2010, p 36 a 38) informa que o aparecimento da disciplina científica mencionada foi a principal mudança em relação aos currículos primários anteriores, porque representou a inserção de uma nova disciplina. Os currículos anteriores eram formados por saberes do campo da Matemática, da Língua Portuguesa, da História e Geografia e da Religião⁷.

Outro currículo que previu o ensino das Ciências Naturais foi o da Instrução Secundária. O ensino secundário era proporcionado pelo Liceu Paraense, criado em 1841. Esta instituição tinha como modelo o Imperial Colégio Dom Pedro II, do Rio de Janeiro. A primeira vez que o currículo do Liceu previu o ensino de uma disciplina do campo das Ciências da Natureza foi em 1851, *Elementos de Física, Química e Princípios gerais de Botânica*. A inserção desta disciplina representou para Fausto D’aguilar, presidente da Província do Pará em 1851, um desenvolvimento do programa do Liceu Paraense, pois este governante considerava que era importante e tinha utilidades práticas:

⁷ Os currículos da Instrução Primária do Pará podem ser consultados em Barros (2010, p 36 a 48) *A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 a 1930).....*

Tratando da reforma do Liceu, comecei por dar mais algum desenvolvimento ao seu programa de estudos **adicionando-lhe o ensino dos elementos de física e química; dos princípios gerais de botânica (...). A falta destes ramos de instrução, de tanta importância e utilidade prática, no plano de estudos do Liceu, era quanto a mim, uma lacuna, que cumpria preencher** (D'AGUIAR, 1852, p 22. grifo meu)

Enquanto Fausto D'aguiar considerava a referida disciplina científica importante, seu sucessor, o Presidente provincial Dr. José Joaquim da Cunha, classificou-a como supérflua:

O plano de estudos do Liceu, posto que incompleto, assim o deve ser por ora sob pena de se pagar a professores inábeis e não haver discípulos que queiram aprender; por isso **julgo ainda supérflua a cadeira, felizmente vaga, de noções de Física, Química e Botânica.** (CUNHA. 1853, p 12, grifo meu)

Ao analisar a fala do comendador Fausto D'aguiar (1851) em prol da inserção desses novos saberes científico no Liceu Paraense, Barros (2010, p 41) afirma que as “Ciências Naturais, mesmo de modo incipiente, começavam a ser valorizadas no Pará”. Entretanto, o autor percebe no discurso do Presidente provincial Joaquim Cunha (1853) que as “Ciências da Natureza ainda não tinham prestígio suficiente para se solidificarem no currículo”, “tanto que a Lei nº 237, de 28 de dezembro de 1853, retirou a cadeira *Elementos de Física, Química e Princípios Gerais de Botânica* do currículo do ensino secundário”.

A questão da introdução das Ciências Naturais no currículo do Liceu Paraense continuou em debate, de modo que, em 1857, o discurso do Presidente da Província Henrique de Beurepaire Rohan demonstrou-se favorável a inserção de cadeiras das Ciências da Natureza no ensino secundário, pois a Província teria a seu favor a abundância dos produtos naturais, que seria vantajoso aos estudos científicos:

Também me parece mui conveniente a criação de mais duas cadeiras: uma em que se ensine os elementos de “Ciências Naturais”; e outra de Química aplicada as artes. Nesta província, que abundam os produtos naturais, seria muita vantagem que os estudos das Ciências Físicas despertassem o gosto de ensaios neste gênero (ROHAN, 1857, p 13)

Ainda que aberturas como esta tenha sido expressada a favor da inserção das Ciências Naturais no currículo do Liceu Paraense, o retorno de uma cadeira do tipo só consumou-se em 1868, sendo ela *Física e Química*. Desta vez as Ciências Naturais deixaram de apenas constar no programa de ensino, como acontecera em 1851, isto porque se contratou um docente⁸ para a cadeira e houve discentes que a frequentassem. Porém a matrícula nestas ciências foram rarefeitas, sendo, de acordo com o Relatório do Presidente Abel Graça em 1871, de um discente em 1870 e de nenhum até agosto 1871, o que se tornou justificativa para a retirada da Física e da Química do referido programa em 1871.

De modo geral, no Pará, as Ciências Naturais foram previstas nos currículos antes da criação da Escola Normal, primeiramente no currículo do Liceu Paraense, por meio da Física e da Química e em seguida no do Ensino Primário, por meio da disciplina *Rudimentos de Ciências Físicas e Naturais*.

As Ciências Naturais na Escola Normal do Pará

Antes de se analisar o currículo da Escola Normal do Pará, mais especificamente no que se refere às Ciências Naturais, que é o objetivo deste artigo, é importante rever algumas condições que possibilitaram sua criação e desenvolvimento.

Ainda que a Escola Normal do Pará tenha sido criada em 1871, como já sinalizado na introdução, anos antes uma instituição deste tipo figurara na mentalidade de notáveis no Pará. Em 1852, o relatório do Presidente provincial Fausto D'aguiar (1852, p 18-19) afirma que não foi conveniente criar uma escola normal pelo fato de que o Pará faleceria de “meios e elementos essenciais” que permitiriam esperar de “semelhante instituição as vantagens pelas quais é preconizada”, com isso adotou-se a idéia de se “habilitarem pela prática os moços de merecimento, que pretenderem dedicar-se ao magistério”.

Em 1870, o vice-presidente da Província Abel Graça (1870, p 11), em seu relatório, argumentou que o Pará não tinha obtido resultados melhores na Instrução

⁸ Provavelmente o docente que ocupou primeiramente esta cadeira de *Física e Química* foi o Dr. Marcello Lobato de Castro, visto que no relatório de 18 de abril de 1873 do Senhor Barão de Santarém, há informação que Marcello Castro ganhou vitaliciedade no cargo por atuar a mais de três anos e por estar de acordo com os requisitos exigidos nos regulamentos.

Pública porque não dispunha de “uma escola primária modelo, onde os candidatos ao professorado recebam noções sobre as diversas práticas do ensino, obrigando-os para este fim a frequentá-la por quatro meses pelo menos”.

O fato do relatório do Presidente Fausto D’aguilar em 1852 indicar que se cogitou criar uma Escola Normal, assim como o do vice-presidente Abel Graça em 1870 afirmar que a educação paraense não dava resultados melhores por não se ter na Província uma instituição que formasse professores, mostra o interesse em se criar uma Escola Normal no Pará.

A Escola Normal do Pará foi criada em 1871 com o fim de formar professores primários num curso de três anos. Inicialmente, em função desta instituição não ter prédio próprio, foi instalada nas dependências de duas instituições educacionais já existentes: do Colégio Nossa Senhora do Amparo, em que estudavam as moças e do Liceu Paraense, onde estudavam os rapazes. O regulamento da Escola Normal previa que seriam criadas anexas à instituição normalista escolas primárias, sob a denominação de Escolas Práticas, para a realização de práticas de ensino. Em 1872 a Escola foi extinta, entretanto garantiu-se o direito dos discentes que iniciaram o curso de concluí-lo, por meio de aulas que assistiriam uma vez por semana no Liceu Paraense. A Escola Normal do Pará foi recriada em 1874, cooperou para isto o pronunciamento do Presidente da Província Pedro de Azevedo (1874, p 16) que julgava que o professorado não poderia “estar habilitado, em regra, para o ensino” devido a “falta de uma escola normal que conceda títulos de habilitação depois de um curso regular de alguns anos”. Em 1885 a Escola Normal foi fundida ao Liceu Paraense, de modo que o ensino normal passou a ser mais um curso desta instituição. Este ato traria “economia dos cofres provinciais e vantagens ao ensino”(ARARIPE, 1886, p 10). A Escola Normal do Pará foi recriada em 1890.

A Escola Normal do Pará imprimiu uma mudança na forma de se conceber o professor primário, uma vez que antes se formava este docente por meio da prática e o habilitava através de “concurso, que consistia na realização de uma prova sobre as disciplinas que formavam o currículo primário”. Com a criação da Escola passou-se a privilegiar o docente com a formação normalista, até mesmo incentivando com gratificações financeiras. “Com isso, os professores que atuavam antes da existência da

Escola foram aos poucos sendo conformados às regulamentações desta instituição, o que implicou na mudança de um quadro docente com formação diversa, para outro com formação normalista” (Barros 2010, p 47).

O primeiro currículo da Escola Normal do Pará, de 1871, que deveria ser cumprido em três anos, previu o ensino de uma disciplina das Ciências Naturais, sendo denominada de *Noções de Física, Química e Agricultura*. Esta dividia espaço no currículo com outras disciplinas do campo da Matemática, da Língua Portuguesa, da História, da Geografia e da Religião.

A presença da Física e da Química no currículo normal indica que estas duas ciências já tinham educação na educação paraense, porque como foi mostrado anteriormente, houve a intenção de instituí-las no currículo do Liceu Paraense. Outra observação consiste numa relação entre o currículo normalista e o currículo primário. Pois, como a Escola Normal do Pará tinha a função de formar professores para atuarem na instrução primária e o currículo primário, de 1870, já previa o ensino da disciplina *Rudimentos das Ciências Físicas e Naturais*, é bem pertinente que o currículo da Escola Normal do Pará contemplasse uma disciplina das Ciências da Natureza, no sentido de capacitar o professor para a difusão deste saber. Quanto a associação da Física e da Química com os saberes da Agricultura no currículo normalista, Barros (2010, p 52) atenta que a ligação entre as Ciências Naturais e o saberes agrícolas acontecera em outras instituições brasileiras, como o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1810 e que foi extinto oito anos depois da criação da Escola normal, em 1879, e que “buscou desenvolver estudos no campo da Botânica e da Química, com direcionamento ao estudo do vegetal e do solo, além da Meteorologia, esta ligada às Ciências Físicas”.

Como vimos a Escola Normal do Pará foi extinta em 1872, sendo recriada em 1874. Neste momento outro currículo foi previsto, sem a presença das Ciências Naturais. Entretanto, no currículo de 1900 elas estavam presentes por meio de três disciplinas, divididas na cadeira *Física e Química* e na cadeira *História Natural*. Estas três ciências dividiam espaço com disciplinas do campo das Matemáticas, Línguas e

Literatura, História e Geografia, Educação e outros. A tabela 1, abaixo, apresenta as disciplinas associadas ao seu respectivo campo de estudo⁹.

TABELA 1

Apresenta as disciplinas que formavam o currículo da Escola Normal do Pará em 1900, discriminadas de acordo com os Campos de Estudos.

Campos de Estudos	Nº de disciplinas	Disciplinas	Carga Horária Semanal de cada
Ciências Naturais	3	Física, Química e História Natural	11h
Matemáticas	2	Aritmética, Álgebra e Geometria	11h
Línguas e Literatura	3	Português, Francês e Literatura	18
História e Geografia	4	Geografia, Chorografia do Brasil, Cosmografia, História Universal, História dos POVOS americanos e do Brasil	12h
Educação	3	Pedagogia, Legislação do Ensino, Educação Cívica	8h
Outros	3	Desenho, Caligrafia, Estudo da Constituição da Pátria e do Pará	12h

Fonte: Decreto Nº 809 de 25 de Janeiro de 1900, p 5 – 6

A carga horária total do currículo em 1900 era de 72h semanais, dividida em quatro anos. Destas, as Ciências Naturais ocuparam 15% com uma carga horária de 11 horas por semana, enquanto que os Campos restantes dividiram os outros 85% de acordo com o gráfico 1 abaixo. Das onze horas ocupadas pelas Ciências Naturais, 3 horas eram destinadas a Física, 3 horas a Química e 5 horas a História Natural.

No currículo de 1912 a carga horária semanal total aumentou para 115h, sendo que as Ciências Naturais aumentaram para 15 horas. A Física e a Química se mantiveram com 3 horas cada, enquanto que a História Natural passou de 6h para 9 horas. As Ciências Naturais continuaram dividindo espaço com os mesmos campos de estudos de 1900, porém o campo denominado de Outros, na Tabela 1, acima, acrescentou-se as disciplinas Higiene Escolar, Prendas e Ginástica, ao mesmo tempo em que retirou a disciplina Estudo da Constituição da Pátria e do Pará; no campo História e Geografia foi inserida a disciplina Cosmografia. Com esta nova configuração do currículo as Ciências Naturais diminuíram de 15% para 13% da carga-horária total, mesmo tendo seu tempo de aula semanal crescido, como se pode observar no gráfico 2 abaixo.

⁹ A expressão Campos de Estudos foi idealizada por esta pesquisa com o propósito didático de mostrar o conjunto das Ciências Naturais em relação a outros agrupamentos de saberes, que julga-se atualmente próximos.

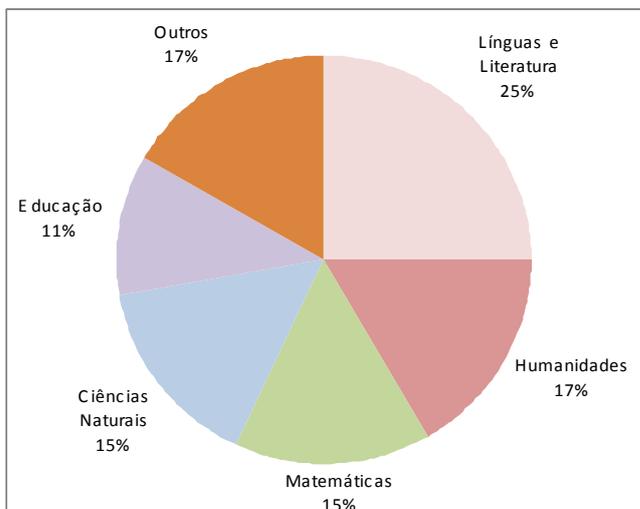


Gráfico 1: Porcentagem ocupada por cada campo de estudo em 1900.

Fonte: Decreto n° 809 de 25 de Janeiro de 1900

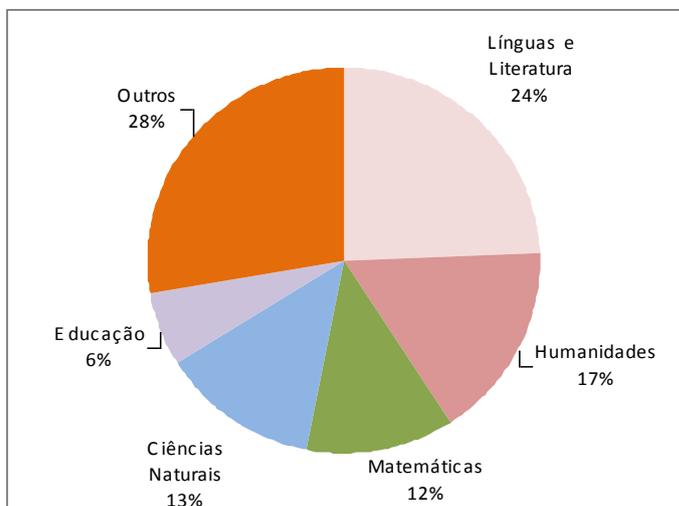


Gráfico 2: Porcentagem ocupada por cada campo de estudo de acordo com a Reforma de 1912.

Fonte: Decreto N° 1.925 de 28 de Agosto de 1912, p 4

Nos currículos posteriores, de 1914, de 1918 e de 1924, a Física, a Química e a História Natural continuaram sendo as representantes das Ciências Naturais. e a pesquisa não encontraram subsídios para mostrar como foi o comportamento da carga-horária.

Considerações Finais.

O ensino das Ciências Naturais no Pará, no período imperial, foi marcado pela instabilidade, no sentido de que não conseguiu solidificar-se, pois em todos os momentos que se teve a intenção de instituí-lo, tanto no Liceu Paraense quanto na Escola Normal do Pará, esbarrou em problemas como o não provimento de docente, a baixa demanda de discentes, o argumento de que não era necessária. Entretanto as tentativas de instituir o ensino das Ciências da Natureza demonstram que estes saberes ganharam penetração na sociedade paraense, tanto que durante a Primeira República eles permaneceram no currículo.

A movimentação das Ciências da Natureza no currículo escolar paraense deu-se por meio da Física, da Química e da História Natural. Em 1851 as duas primeiras apareceram associadas a Botânica no currículo do Liceu; no programa desta mesma instituição, em 1868, inseriram a cadeira de Física e Química; em 1871 estas mesmas disciplinas foram associadas a Agricultura no currículo da Escola Normal do Pará. Após isto, em 1900, no programa de ensino desta escola, estavam presentes a Física, a Química e a História Natural, que se mantiveram até o fim do estudo desta pesquisa, 1930. Percebe-se assim que a Física e a Química durante o período imperial foram as ciências naturais que emergiram primeiro e a História Natural posteriormente.

Ao se olhar especificamente para a trajetória das Ciências Naturais no currículo da Escola Normal do Pará, percebe-se que a Física e a Química foram inseridas primeiramente (1871), enquanto que a História Natural emergiu posteriormente. No entanto este saber ocupou um espaço maior, uma vez que em 1900 era ensinado em 5h semanais enquanto que a Física e a Química em 3h cada. Em 1912 a História Natural passou para 9h por semana e a Física e a Química permaneceram com a mesma carga horária.

Assim, a configuração das Ciências Naturais no currículo normalista paraense refletiu a expansão destes saberes no Mundo Moderno, uma vez que a História Natural – disciplina científica que mais se expandiu no currículo normal paraense – dominou o cenário científico nas décadas finais do século XIX e iniciais do XX, tanto que é um momento da história lembrado como “Era dos Museus”. A Física, de acordo com Hobsbawm (2010, p 385 - 387) teria chegado à segunda metade do século XIX mais amadurecida do que outras ciências; além de que, no final do século XIX foi revolucionada pela teoria da Relatividade. Este autor também afirma que a Química talvez tenha sido a ciência mais florescente em todo século XIX, porque “os químicos estavam a caminho de formar metade dos profissionais engajados nas ciências”.

Bibliografia

ALVES, José Jerônimo de Alencar. O Cientificismo da França para a Amazônia: O Positivismo de Lauro Sodré. In ALVES, José Jerônimo de Alencar (org) Múltiplas Faces da História das Ciências na Amazônia, Belém, EDUFPA, 2005.

ARARIPE, Cristão Alencar. *Fala com que o Excelentíssimo Conselheiro Cristão Alencar Araripe, Presidente da Província abril a Seção Extraordinária da Assembléia Legislativa Provincial no dia 5 de novembro de 1885*. Tipografia do Diário de Notícias, 1886. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1024/> , consultado em 10/08/2010.

AZEVEDO, Pedro Vicente de. *Relatorio apresentado a Assembléa Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 19ª Legislatura pelo Presidente da Província do Pará, o Excelentíssimo senhor doutor Pedro Vicente de Azevedo, em 15 de fevereiro de 1874*. Pará, Typ. do Diario do Gram-Pará, 1874. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/541/> , Consultado em 10/08/2010.

BARROS, Jônatas Barros e. A Escola Normal do Pará e a Introdução do Ensino das Ciências Naturais no Pará (1870 – 1930). 120f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas, Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BERGO, Antônio Carlos. Darwinismo Social e Educação no Brasil, Tese de Doutorado Apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

CARVALHO, José Murilo de. *A Escola de Minas de Ouro Preto: O Peso da Glória*, São Paulo, Editora Nacional, 1978.

D'AGUIAR, Fausto Augusto. *Relatorio Apresentado ao Excelentíssimo Senhor. Dr. José Joaquim da Cunha, Presidente da Provincia do Gram Pará, pelo Comendador Fausto Augusto d'Aguiar por Ocasão de Entregar-lhe a Administração da Província no dia 20 de agosto de 1852*. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/513/> , consultado em 10/08/2010.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. *Raízes Históricas do Ensino Secundário Público na Província do Grão-Pará: O Liceu Paraense 1840-1889*, Dissertação de Mestrado, Departamento de Filosofia e História da Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

GRAÇA, Abel. *Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial na Primeira Sessão da 17ª Legislatura pelo Quarto Vice-Presidente, Dr. Abel Graça*. Pará, Tipografia. do Diário do Gram-Pará, 1870. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/535/> , Consultado em 10/08/2010.

HOBBSAWM, Eric j. *A era dos impérios, 1875-1914*, 13ª Ed. São Paulo, Paz e Terra, 2009.

_____ *A era do capital, 1848-1875*, 15ª Ed., São Paulo, Paz e Terra, 2010

MACHADO, Diego Ramon Silva. *A Lição de Coisas: o Museu Paraense e o Ensino da História Natural (1889 – 1900)*. Dissertação (Mestrado), Instituto de Educação Matemática e Científica, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

POLANCO, Xavier . World Science: “How the history of World science to be written?”. In PETITJEAN, JAMI and MOULIN (orgs), *Science and Empire*. London: Kluwer Academic, 1992, p.225-242

ROHAN, Henrique de Beaurepaire *Relatório Apresentado á Assembléia Legislativa Provincial do Pará no dia 15 de agosto de 1857, por ocasião da abertura da Segunda Sessão da 10ª Legislatura da mesma Assembléia, pelo presidente, Henrique de Beaurepaire Rohan*. Tipografia de Santos & filhos, 1857. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/519/> , Consultado em 10/08/2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Apresentação*, In GOODSON, Ivor F. *Currículo: teoria e história*, 8ed, Tradução de Atílio Bruneta, Petrópolis, Editora Vozes, 2008.

SOUZA, Altamir. *Apontamentos para a história do Instituto de Educação do Pará*, Belém, Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1972.

PARÁ. Decreto N° 809, de 25 de Janeiro de 1900 – Reforma a Escola Normal do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

PARÁ. Decreto N° 1925, de 28 de Agosto de 1912 – Dá nova organização a Escola Normal. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

PARÁ. Decreto N° 3062, de 12 de Fevereiro de 1914 - Dá nova organização a Escola Normal. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

PARÁ. Decreto N° 3377, de 21 de junho de 1918, Altera o regulamento da Escola Normal do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.

PARÁ. Decreto N° 4049, de 9 de Fevereiro de 1924, Dá novo regulamento a Escola Normal do Pará. Imprensa Oficial do Estado do Pará. CENTUR, setor de obras raras.